









MUITO PRAZER, ILHA DE MARAMBAIA

Olá, como vai?
Parece até
música,
mas não é.
Você não me

conhece,

mas conheço

você.

Tu me vês como

um vulto.

É que estou de

luto.

Mas não fico calada.

estou revoltada

com medo de

Sou Sino, sou
Sítio, Pescaria
Velha, Praia do
José, Caetana,
Caju.
Sou João Manoel,
Praia Grande,
Praia do Cutuca,
Saquinho,
Praia da Armação
ou Praia
da Restinga,

Praia Suzi, ou

Ilha de Marambaia fica no litoral entre Rio e São Paulo, Baía de Sepetiba, município de Mangaratiba. Ao longo de suas inúmeras praias há 271 famílias cadastradas pelo INCRA (2006), organizadas em núcleos, que construíram por mais de 100 anos uma rede de parentesco e afinidades com memória e identidades que fazem justiça à sua permanência na região. Descendem de africanos escravizados constituindo ali, desde o século XIX, terras de uso comum, um território étnico - as chamadas terras de preto. Sempre tiveram a posse plena, compartilhada, coletiva

e pacífica do território e seus recursos.

Contam os antigos, que o "dono" - o Comendador Breves - após a Abolição, em 1888, antes de abandonar a ilha, distribuiu as praias entre as famílias. São roças e quintais à beira do mar. Gente com saberes, hábitos e costumes tradicionais de cultivo e pesca, resistindo às adversidades, preservando até hoje o ambiente da Mata Atlântica, com cachoeiras, pedras e uma profusão de nascentes e um rico criadouro natural para espécies nativas, além de moluscos, mexilhões, crustáceos e peixes.

Desde a instalação de base militar (1971) e implantação do CADIM - Centro de Adestramento da Ilha de Marambaia (1981), a Ilha vem sendo usada como campo de treinamento de recrutas, sob administração da Marinha. De forma abrupta, os quilombolas passaram a sofrer vigilância sobre os seus costumes, humilhações, restrições de direitos, com prejuízo das condições de sustentabilidade da Ilha. Perderam o pleno direito de ir e vir, de acesso a áreas de pesca com criatórios naturais, de cultivar roças, e as condições de moradia digna e de construção de casas para os filhos recémcasados.

Depois que a Marinha chegou tirou a liberdade. Fazer sua rocinha, sua criação — não ficava melhor? Na nossa ilha não pode. Se casar tem de continuar dentro de casa, filho não tem liberdade, nem a própria mãe. Grande parte das casas abriga mais de uma família. Isso não podia acontecer, mora tudo junto. Eu queria ter meu domicílio próprio, minha casinha tranqüila na terra de nossos antepassados. Nós não sabemos viver uns empilhados sobre os outros, não sabemos viver assim. Ah! não, não temos necessidade disso. Temos bastante espaço, um não precisa incomodar o outro. (Oficina de Mulheres, 2006)





Vamos contar um pouco dessa história e, antes, memorar os direitos dos quilombolas da Ilha da Marambaia

DIREITOS QUILOMBOLAS

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, resistência, comunhão existencial. Abdias Nascimento (1980)

O termo remanescente de quilombo foi instituído pela Constituição de 1988 e elaborado no lastro de amplo debate social. Vem sendo utilizado

por grupos sociais negros, de diferentes contextos do Brasil, para designar uma herança cultural e material que lhes dá um sentimento de ser e pertencer, na situação presente, a um lugar e a um grupo específico. O termo Quilombo tem um conteúdo histórico e tem assumido novos significados, também na literatura especializada. Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos e resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea ou constituídos a partir de movimentos rebelados (...) A identidade étnica desses grupos delineia-se pela experiência vivida, pelas versões compartilhadas de sua trajetória, e pelo uso comum da terra da qual dependem para viver e cuja ocupação não é feita em lotes individuais, e sim tomando por base laços de parentesco e vizinhança e sua continuidade enquanto grupo.

(FONTE: TERRA DE QUILOMBO, ORGANIZADO POR ELIANE CANTARINO O'DWYER, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA- ABA/CFCH/UFRJ, JULHO 1995) "A Constituição Federal de 1988, ao consagrar o direito à terra dos remanescentes de quilombos não o fez tomando como base os quilombos unicamente como locais de negros fugitivos, mas, sim, se referindo ao uso da terra segundo os costumes e tradições das comunidades negras".

(Trecho da sentença de 1º grau da Vara Federal de Angra dos Reis, expedida nos autos da Ação Civil Pública em defesa dos direitos constitucionais da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, em 20 de março de 2007)



CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)

"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, art. 68

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...)

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (...)§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos".

DA ORDEM SOCIAL, ART 216

Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003.

Art 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, (...), os grupos étnicoraciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Luis Inácio Lula da Silva

Para responder a demandas dirigidas ao Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade desse decreto, a Advocacia Geral da União (AGU) e Ministério Público Federal (MPF) emitiram pareceres confirmando seu pleno acordo com o que diz a Constituição Federal.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PNPCT), DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Tem como principal objetivo "promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições".

O Estado deverá adotar "medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência".

CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), DA QUAL O BRASIL É SIGNATÁRIO (DECRETO LEGISLATIVO N^{Ω} 143, DE 20/06/02 E DECRETO 5.051, DE 19/04/04)

Que a regularização das terras de remanescentes de quilombos se dá por meio de um **título coletivo**, isto é, a terra é titulada em favor da Associação representante da comunidade, e ninguém pode ser proprietário individual?

Que o título é indiviso, isto é, a terra não pode ser desmembrada?

Que a terra também não poderá ser vendida, isto é, o título é inalienável?

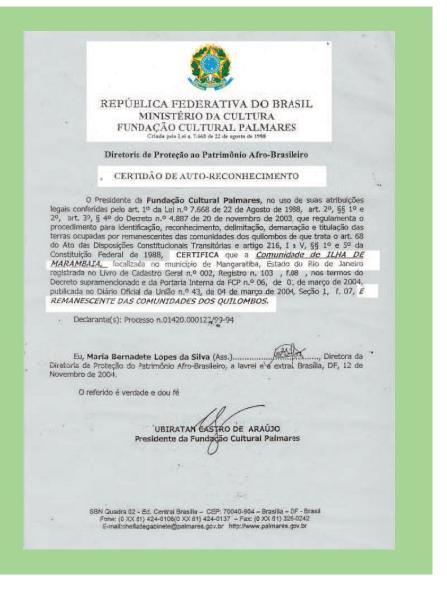
Que há mais de 100 anos as famílias de Marambaia fazem **uso comum de toda ilha** mas demandam a titulação apenas do equivalente a 40% do território (1.638 hectares)?

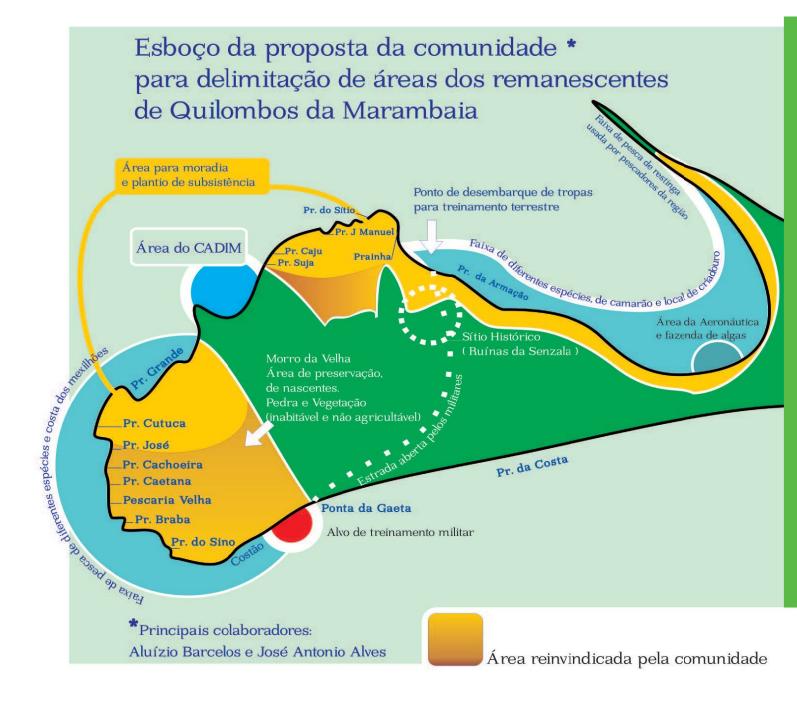
Que o cálculo da área reivindicada não é feito por família, pois a maior parte do território reivindicado apresenta áreas de relevo acidentado ou de necessária preservação cultural e ambiental?

Você **?** Sabia

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE A COMUNIDADE REMANES-CENTE DE QUILOMBOS DA ILHA DA MARAMBAIA. COORDENAÇÃO: JOSÉ MAURÍCIO ARRUTI. RIO DE JANEIRO: KOINONIA, FUNDAÇÃO PALMA-RES. 2003.

Laudo técnico-científico e inter-disciplinar, encomendado pelo Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, elaborado por vários núcleos acadêmicos (Projeto EGBÉ/ Koinonia, UFF-NRA e UFF-NUFEP). A pesquisa apresenta uma reconstituição da organização social e territorial do grupo dando base para a emissão da Certidão de Auto-reconhecimento da Comunidade da Ilha de Marambaia como Remanescente de Quilombo.





Em quatorze (14) praias da Ilha de Marambaia habitam famílias quilombolas que reivindicam área de 1.648 hectares, já identificados e delimitados técnicamente pelo INCRA-RJ, baseado também em laudo científico. O cálculo não é feito por família. A maior parte do território tem relevo acidentado impróprio para cultivo e moradia, é Mata Atlântica intocada, permitindo os ciclos de reprodução da fauna e flora, abrigando, pois, rico criadouro de espécies nativas importantes para toda a região.

Apenas os atuais moradores e seus descendentes terão direito ao uso da terra que estará, dessa forma, fora de alcance da especulação imobiliária.

LINHA DO TEMPO



De 1856 a 1888 – Escravatura.

Implantação de duas fazendas de café entreposto de escravos do Comendador Breves.

1889 - O Comendador Breves, antes de abandonar a Ilha, doa e distribui as praias entre as famílias.

Século 20

Pós-abolição, até 1939 – Posse plena e coletiva da terra e do mar – pesca e roçado.

De 1940 a 1970 - Funcionamento da Escola Nacional de Pesca - Cidade dos Pescadores (Governo Vargas).

1971 - Inicia um período de restrições a costumes e direitos, disciplinamento severo e ações contra os quilombolas visando o esvaziamento da Ilha . A Marinha instala uma base de adestramento e inaugura, em 1981, o CADIM (Centro de Adestramento da Ilha de Marambaia). O antigo centro passa a ser usado como Vila Militar.

Início dos anos 80 – A família de D. Eugênia tem **a 1ª casa interditada** na Praia do Sítio.

1996-1998 – A Marinha abre processos judiciais de reintegração de posse contra chefes de famílias aí classificados como "invasores de propriedade da União". Alguns tiveram suas casas derrubadas ou interditadas até a ruína.

1998 - Tomada de consciência da história e memória. Contato com entidades civis. Busca de alternativas jurídicas para conquista de

Século 21

2002 – Ação Civil Pública (ACP) – pede à União reconhecimento da comunidade, titulação das áreas e volta dos quilombolas expulsos.

Março de 2003 - Criação da ARQIMAR (Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia).

Dezembro de 2005 – INCRA/RJ realiza, sob liminar judicial, a delimitação da área e o cadastro dos quilombolas.

Março 2006 – Lançamento da CAMPANHA NACIONAL MARAMBAIA LIVRE . Entidades civis se articulam numa rede de apoios.

Abril 2006 – INCRA/RJ finaliza o Relatório Técnico de Demarcação e Identificação (RTDI) mas sofre pressões governamentais para não publicá-lo.

14 de agosto de 2006 – INCRA publica RTDI no Diário Oficial da União (DOU). Primeiro reconhecimento público da área quilombola: passo necessário para o processo de titulação.

15 de agosto de 2006 - Por ordem da Casa Civil o INCRA torna sem efeito a publicação do RTDI.

30 de outubro 2006 – A ARQIMAR impetra Mandado de Segurança contra o ato que torna sem efeito a publicação, e ganha liminar na JF (06/12/06). Posteriormente, perde a liminar no TRF (11/04/07), mas recorre.

20 março de 2007 – A Ação Civil Pública recebe sentença favorável na Vara Federal de Angra, obrigando o INCRA a concluir o processo administrativo, no prazo de um ano.



11 de Março de 2007 Dia de eleição para
renovar a diretoria da
ARQIMAR. Duas chapas
com o mesmo propósito
de luta.

É a representação da comunidade

Junho de 2007- Lançamento deste livro - EXISTIMOS – elaborado com a participação de lideranças quilombolas. Contém informações, depoimentos, e sínteses de estudos científicos consistentes.

à vida contino



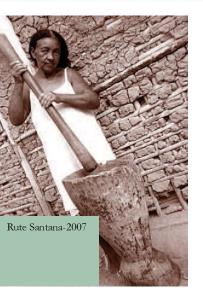
(...) Negros fugindo Sinos tocando Tumbeiro chegando Chegando d'além mar De onde não pediu licença para sair Nem para entrar.

Nem para entrar. (...) trecho de poesia de Vânia Guerra Tocaia negra

ERA UMA VEZ...

Você Sabia





Que em 1850 o tráfico de escravos passou a ser ilegal no Brasil?

Que há evidências de que desde essa data o Comendador Breves – o maior produtor de café do Império - implantou em 1856 duas fazendas na Ilha de Marambaia para serem usadas como entreposto de africanos contrabandeados?

Que essas fazendas eram lugar de "engorda" dos que sobreviviam e chegavam muito debilitados, para depois serem redistribuídos?

Que o Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão?

Trilhas históricas - Um passeio na Praia da Armação

Emarço de 2007. Na chegada da canoa, um susto. Na praia, um navio de guerra desembarca caminhões, tanques e dezenas de recrutas armados. Parece um filme. Os soldados vêm correndo, os passos marcam a cadência das vozes uníssonas: - co-ra-gem! É gue-rra! Se-aqui-estácalor-no-inferno-é-bem-pior! É uma excursão de treinamento do CADIM. É vida real.

Refeitos do susto, continuamos o passeio. Vê-se dentro do mato, beirando o manguezal, barracas de acampamento camufladas e jovens soldados zanzando. - Tiros! Cuidado! Não são de festim. O guia segue contando: - a sede da fazenda do Breves era nessa praia da Armação, coberta de coqueirais. Do que sobrou da velha casa grande, mora Seu Felipe, bem idoso, olha lá! Sempre capinando seu roçado... Seu avô foi capitão-do-mato. A capelinha N. S. da Soledad, do século XIX, foi derrubada pra passar essa estradinha e só resta essa parede. O mesmo pode acontecer com as ruínas da senzala. Vamos até lá!

As ruínas são imponentes pilastras de pedra e óleo de baleia, no meio do mato fechado, onde os quilombolas festejam Zumbi todo dia 20 de novembro - um rico patrimônio histórico e arqueológico carente de

Ééé...Marambaia tem muita



A Marambaia faz parte do patrimônio histórico e ambiental do Brasil, os nativos conhecem a ilha palmo a palmo, preservam com hábitos tradicionais os ambientes terrestre e marinho e não produzem lixo. São seus principais preservadores. Os quilombolas desenvolvem uma cultura de paz e se preocupam também com a sobrevivência das ilhas vizinhas.

É sempre bom lembrar...



Havia outra senzala na praia do Saquinho, onde fica o CADIM, em torno da qual há vestígios de larga roça de subsistência. Foi reformada, sem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para se tornar um Hotel de Oficiais, administrado pela Marinha.

Os quilombolas sabem que pesquisadores escavaram e retiraram peças arqueológicas - rodas de madeira, âncora, argolas, correntes, cacos de cerâmica, crânios – para onde foram?

Lendas e crenças compõem o patrimônio cultural do povo da ilha. Pergunte sobre a Toca do Rato, a Pegada do Diabo, as grutas, túneis e relíquias e prepare-se pra ouvir contos fantásticos. Há pistas preciosas para a História e a Arqueologia.

Ao IBAMA,

aos ecologistas, aos pesquisadores

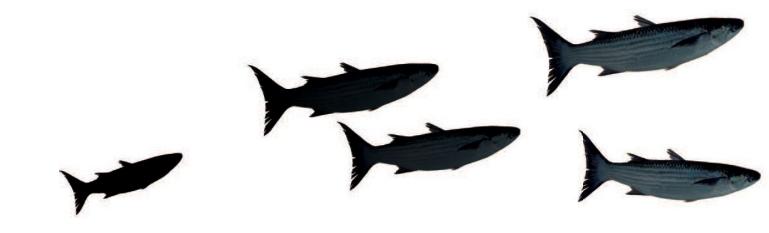
É uma prática do adestramento militar na Ilha lançar tiros de canhão do navio com alvo nas pedras costeiras. Há risco de destruição também de criatórios de pescado.

É comum bombas serem amarradas e detonadas em árvores causando incêndios na Mata Atlântica. Os tanques passam por cima das minúsculas espécies, e o uso de granada e os combates simulados provocam migrações de animais. Lá se vão roedores, pássaros, borboletas...

Estudantes e pesquisadores de Universidades recolhem espécies nativas para estudo, levam sapinhos, peixinhos, cobras, robalinhos pequeninos, pequeninos assim de 2,3 cm.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em convênio com a Marinha, tem um Campo de Ensino e Extensão na Ilha de Marambaia.

...e proteger.



A Pesca da tainha e outras historias

A rede de arrasto - rede de gorete - florescia das mãos tecelãs das mulheres. Os homens pregavamos chumbos nas pontas. Nodia da festa ia arrumadinha na canoa pra se abrir ao mar.

Imaginemos a cena.

Mar adentro, uns vão em canoas puxando a enorme rede de um lado e de outro e, na praia, mulheres e crianças firmam a ponta, ajudando a puxar o pesado chumbeiro feito de pedras envolvidas pela juta. Rede preparada e os homens na canoa, quietos, ficam à espera das pobres tainhas assanhadas e inocentes. Tudo em silêncio. Silêncio das gentes, murmúrio dos ventos e mares. No alto de um morro ou da árvore um espia - o homem-águia - com seu apito de taquara fica na mira do cardume, lá longe, a pratear a superfície do mar. E enquanto as tainhas não chegam, a vida continua dentro das casas. Gente cozinhando, limpando quintal, estendendo roupa, velhos roçando, crianças brincando... E os da canoa, quietos.

De repente, o manto prateado movimenta o mar azul. O espia assovia uma vez e bem forte. Dá início ao magnífico rito. As mulheres correm - as jovens, as adultas, as anciãs, as crianças e, a elas, os homens mais velhos se agregam. Largam o

que estiverem fazendo: panela no fogo, criança mamando, lenha no ombro, enxada no quintal, brincadeiras... Graciosas, pisam leve, com a roupa de qualquer jeito, amarrando a saia entre as pernas. Algumas até ficam com aquelas calçolonas de pano de saco à mostra, mas ai de um rapaz ou menino que rabisque uma piscadela! O espia, de longe, de cima, de olho, e, ó!, castigo na certa pro olheiro transgressor.

Sem nenhum pio todos se postam pra não espantar as tainhas que, coitadas!, animadas com o passeio, ignoram a armadilha inesperada. A rede começa a ser puxada. Nem uma palavra, ou risada. Barulho, só do vento e do mar e das pobres tainhas querendo escapar. Na canoa e na praia, gente puxando, puxando - é preciso muita força. As tainhas, alvorotadas, pulam da rede, mas caem na canoa. Mbará -mbai - cerco do mar e das gentes da Marambaia.

Devagar, devagar, a fartura chega à areia, brilhando em acrobacias. Alegria! A festa avança noite afora. Gente contando e arrumando os peixes, distribuindo, limpando, assando, comendo. As tainhas vão sendo embaladas pra venda no continente. E é criança brincando, gente dançando, pagode de mão rolando, e é cachaça e os passos de jongo... Perto do mar, tudo é feliz.



Entre todas as festas, a mais saudosa. Todos participavam desde a madrugada. Cada praia tinha sua pesca com parentes, compadres e amigos. A da Praia do Sino reunia todos. Ah! a Praia do Sino ! Era um remanso.

sinos presos do corpo, pra que do fugirem, fossem ouvidos e localizados. Os que morriam nos navios eram jogados no mar e os corpos de muitos encalhavam na Praia do Pino. Contam os mais velhos que à noite, quem-se sinos tocar. Dai o nome de Praia do Pino.

Nossos últimos dias de comunidade livre foram na Praia do Sino, os últimos instantes de festas tradicionais.

Quando ainda tínhamos liberdade de comemorar — 26 de julho, dia de Sant'Ana — era o último dia da pesca da tainha. Era o dia que a gente se reunia. O rancho que a Marinha derrubou era o ponto de pesca, a canoa, o arrastão. Todo mundo pescava. Nunca prevalecia o dono. Se o dono da canoa ou da rede não pescasse, não levava. Só o quinhão da canoa e da rede.

A Praia do Sino é a preferida dos quilombolas como área de pesca de garoupa. Dessa praia não abrem mão, em nome da Tradição e do Direito.

Você 7 Sabia •

Que do quinhão da pesca coletiva as mulheres ganhavam ½ em relação aos homens e as crianças 1/3?

Que remar até Itacuruçá, por quatro ou cinco horas pra vender os peixes era tarefa só dos homens?

Que mulher em Marambaia tem paixão pela pesca?

Que homens e mulheres da Ilha de Marambaia compartilham as tarefas de casa, da pesca, da roça e do cuidado com os filhos?



Todo dia de manhã eu agradeço a Deus ao acordar, antes do sol, tomar meu café e vir andando até minha roça de batata, cará, inhame, quiabo, jiló... Quando eu colho alguma coisa, então, essa felicidade multiplica...

As casas, a maioria, tinham roças, e eram grandes. Havia pomares, criação e não se vê mais isso. Só restam três pequenos roçados.

Tacira 2007, 70 anos

Eu fiz meu enxoval

Meu marido me ajuda em tudo. Se eu faço uma coisa ele faz outra. Faz café, pesca, limpa o peixe e cozinha, ensina dever ... Um rende o outro. Depois do conflito com a Marinha, os homens apóiam as mulheres na luta, aprenderam a respeitar mais a gente. Antes, não levavam os filhos à escola, alguns eram violentos em casa, agora não. Eles acompanham, até num pré-natal, ao posto. Se um homem falava mais alto, a mulher aceitava. Ela é que abria mão, agora não acontece mais.

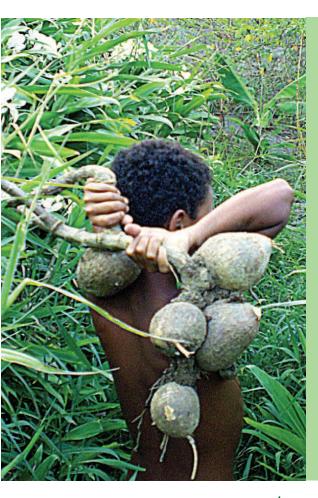
(Oficina de Mulheres, 2006)

Você sabe o que é justiça ambiental?

Refere-se ao tratamento justo e ao envolvimento pleno dos grupos sociais, independente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios.

Quem é (ir)responsável pela preservação ambiental?

As atividades econômicas em torno da baía de Sepetiba cresceram. As traineiras retiram de 20 a 30 toneladas de peixe por dia! A pesca industrial e mais, a poluição da baía pelo esgoto residencial e industrial despejado nas águas e o assoreamento com a construção do Porto de Sepetiba, alteraram as condições de sustentabilidade dos que vivem hoje, predominantemente, da pesca. Os peixes não entram como antes na Ilha de Marambaia.



Cercados
de água
por todos
os lados

Você 7
Sabia •

Que os quilombolas da Ilha de Marambaia não têm acesso à luz elétrica?

Que o Programa Luz para Todos ainda não foi implantado?

Que são usados lampião e bateria para ligar rádios e outros eletrodomésticos?

Que os telefones públicos estão na área do CADIM, o correio é intermediado pelos militares? E que não há ensino médio, nem transporte em horário escolar?

Que jovens estudantes do ensino médio, por falta de transporte, após as aulas, ficam perambulando em Itacuruçá, e acabam desistindo do sonho de estudar?

Que diariamente, no Porto de Itacuruçá, um militar confere uma lista das visitas antes do embarque? E que até mesmo os parentes devem ter os dados registrados no Comando, pelo menos, 48 horas antes?

Responda se puder

Por que mulheres e homens pobres, de descendência negra, vivendo em regime de uso comum do território, onde desenvolveram práticas tradicionais de preservação de seus recursos naturais, são impedidos de exercer seu direito humano ao meio ambiente, a fim de que possam viver, morar e gerar descendência com dignidade?

Sem o reconhecimento público da sua terra, os quilombolas têm dificuldades de se beneficiarem dos programas sociais do governo. Tanta desigualdade vai "empurrando-os" para fora: ir para uma área pobre e degradada do continente, torna-se, para muitos, a única alternativa.

1940 - 1970

Ventos Favoraveis

(...) Já fui importante! Tão dona de mim! Alcancei o progresso, sinônimo de sucesso, depois tecelagem. escola de pesca, sub-prefeitura, correio. convento, hospital equipado e biblioteca; ,)ardim de infância, armazém, armarinho, restaurante, banda de música; Fábrica de esterco feito de

peixes, também

A Escola Nacional de PESCA

M arambaia foi mudando de feição. O governo Vargas implantou a Escola Nacional de Pesca Darci Vargas executando o plano da Cidade de Pescadores. A iniciativa foi do Ministério da Educação, idealizada por Levy Miranda, lembrado por todos da Ilha. Construíram-se galpões para as aulas, fábrica de gelo, de redes, sardinhas em conserva, um estaleiro, marcenaria, e grandes barcos - as curvineiras e traineiras traziam em profusão garoupa, xaréu, curvina e anxova. Era um novo tempo. As atividades regidas pela tradição, pelas festas religiosas e pelos ciclos da natureza passaram a conviver com a modernidade - tempo do aprender, tempo do 'fazertécnico'. A Velha Camila, com 130 anos -ou seriam 145? - inaugurou o novo cemitério. Ela está na memória de toda a comunidade antiga integrando as identidades quilombolas.

Já sou mãe, avó, tenho 70 anos, e ainda não sei ler

(Oficina de mulheres 2006)

Você **?** Sabia • Que os cursos da Escola de Pesca (1940) do primário ao profissionalizante-oceanografia, meteorologia, piscicultura, marinharia, condução de motores de pesca, conservação de pescado - eram só para os homens?

Que, atualmente, só duas moradoras da Ilha concluíram o ensino médio?

Onde estavam as mulheres?

Para as filhas da Ilha havia apenas o grupo escolar municipal e as atividades fabris de limpeza e preparação de pescado. Sem oportunidades e sem experiência, muitas migraram ainda jovens para Itacuruçá, Mangaratiba, Itaguaí ou Rio de Janeiro para trabalhar como empregadas domésticas. Fizeram contato com o continente e suas modas – alisamento de cabelo, outras roupas, costumes e valores. E passaram muito aperto: a gente não sabia lidar com liqüidificador, ferro elétrico. Também os homens sem habilidades profissionais urbanas no continente, tinham dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Muito(a) s retornaram. Enquanto isso, as famílias continuaram com suas práticas tradicionais de cultivo e pesca.

Era uma vez uma Escola de Pesca...

Osonho acabou. Os anos 60 foram marcados pelo abandono governamental que perdura até hoje. A porta do futuro moderno foi se estreitando. Os grandes barcos de pesca, as curvineiras, o ensino, o alegre movimento de alunos, os serviços urbanos,

o acesso à cultura, as festas... tudo se tornou boa lembrança. Com a decadência das atividades, empurrados para o continente ou persistindo na vida da ilha, os quilombolas seguiram a vida da comunidade com seus

vínculos históricos e de parentesco, resistência e atividades de subsistência.

O povo continuou com suas tradições a morar em casas de estuque e sapê, e a vida simples a habitar os mínimos gestos. As instalações da Escola de Pesca foram entregues pela sua

responsável Fundação Abrigo Cristo Redentor - à Marinha do Brasil. Inclusive os rebanhos, com bois de corte e "de arrasto", esuínos. O antigo Centro tonase Vila Militar.



(...) Eu sou Seu Balbino, Joãozinho do Sino, Benedito Firmo, Zé Domingos. Sou Aníbal lá de cima do canto, sou Sebastião e João dos Santos. "Dos Santos" Felipe e Benedito; "De Sant'Ana , também Altoribe, Cacílio, Abílio, entre outros. Tanto sou Marianos, daqui e de acolá. Sou tantos Josés e Marias, que preciso te contar! Mas, todos esses, sem exceção, Têm o mar como sustento e o peixe como pão! Suas escolas foram as praias, seus lápis as agulhas, as redės os cadernos, seu professor, a imensidão do céu e da pobreza, 'da ansiedade e do amor pelo mar. Os seius auxiliares são o vento, a chuva e o frio. Mas passaram naš provas, hoje são doutores, doutores sem gravatas, sem ternos de linho ou de outro tecido. São doutores de pés descalços, roupas às vezes com remendos, barba por fazer e cabelo sem corte. Mas são doutores! Sou também Luzias negras, lindas, sem manchas, como as noites são em

1971-E CHEGARAM OS MILITARES...

Era o tempo do Governo Militar, é sempre bom lembrar - Os Anos de Chumbo. Naquele tempo, na Ilha, espalhavam-se minas reais nas matas e lançavam-se bombas de profundidade no mar; morros, encostas e várzeas eram usados como campo de treinamento, com munição real, e teve até criança machucada com caixa de bala de festim deixada na praia. Relatos desse tempo até 2002, além da memória antiga, estão registrados no laudo antropológico Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, 2003.



Quando eles (os militares) chegaram, a gente até viu com bons olhos. Tivemos esperança de que nos ajudassem a melhorar nossas condições de vida. Mas a presença dos moradores da Ilha foi ignorada. Quando os treinamentos chegavam nas nossas praias era um terror. Soldados armados entrando pelos quintais pegavam nossos legumes e frutas - hoje sabemos que eram testes militares de sobrevivência. Atingiam roças, coqueirais e pomares antigos e de pleno uso. Muito abuso de poder. Como a vez que derrubaram o rancho e ordenaram a retirada da rede de um velho pescador. Aquilo era um abuso, uma afronta. Justo com um homem de setenta e poucos anos!

Desde então, para entrar na barca para a Ilha, só com permissão da Marinha. É especialmente difícil quando se trata de pessoa com algum projeto social. Até o INCRA-RJ teve de empreender ação judicial, em 2005, para assegurar seu trabalho

Atualmente, os quilombolas ainda desconhecem o pleno Estado de Direito e reivindicam a titulação coletiva de seu território, com regras democráticas de convivência e respeito mútuo com a Marinha do Brasil.

ANOS 80 - DIVIDIR PARA REINAR

Entre obras interditadas ou demolidas, a primeira foi a de Dona Eugênia, na Praia do Sítio.

As "autorizações de boca" para reforma das casas de estuque podiam ser em seguida desmentidas, como aconteceu com a família de Dona Eugênia que teve quatro casas diferentes ameaçadas de demolição. Se as casas destruídas estivessem no "ponto de telha", os materiais de construção ficavam perdidos. Houve até uma, destruída com tudodentro,inclusivedocumentos e uns poucos móveis. Esse morador não suportou-perdeu a saúde física e mental. Perambula

por aí, de casa em casa, na revolta, esperando sua casa de volta.

As autoridades militares, sem critério claro, concediam favores pessoais – eles nos querem acuadinhos, isolados, no pezinho deles. O medo passou a ser um personagem na Ilha desagregando a comunidade e lançando uma armadilha aos moradores, criando ruídos e intrigas internas, impondo novos hábitos, enfraquecendo as antigas tradições, tirando

a atenção das verdadeiras causas das desigualdades e do impedimento do acesso à terra. Esse contexto perverso enfraqueceu as possibilidades de resistência coletiva. Inibiramse os passos e os espaços. O impacto dessa década provocou conse-qüências desagregadoras percebidas até hoje no dia a dia da convivência comunitária.



Eu era 'mãe da escola' e fui descobrindo... No Fórum de Educação, eu acusei o governo de Mangaratiba 'de permitir que vivêssemos sem saber nada, sem ter como nos mobilizar. As autoridades nos deixam em segundo plano, nem em segundo plano - nos deixam sem plano nenhum!'. Se fazemos parte do Município, por que não tínhamos direito a ensino médio e fundamental na Ilha? Depois, participei na Secretaria de Educação no Projeto Navegando na Leitura.

Vânia Guerra Presidente da ARQIMAR

Anos 90 - Acorda, Marambaia!

Não lhe comove o choro daquela mãe desesperada falando dos seus problemas, de sua casa demolida sem piedade?

(Carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso em visita à Ilha anos 90)



A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem com isto adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra.

O que fazer?

1998-2007...

E PRECISO TER CORAGEM

Eu corria pra cá e pra lá, corria.(...) desde quando a Marinha botava nossas casas na Justiça. Isso nos cortava o coração, era um corre-corre, não cuidava dos meus filhos, pedia a minha sogra pra cuidar porque eu ia sair. Eu saía, grávida, para várias reuniões, e praticamente criei meus filhos em embarcações.

(Memorial Marambaia)



Ações de Despejo (1996-1998)

Enquanto mulheres batalhavam pela escola (conquistaram o ensino fundamental), a Marinha batia à porta das casas com ações de despejo. A comunidade demorou a obter apoio jurídico adequado, não sabia de seus direitos, e só saiu do isolamento social quando a Pastoral Rural da Diocese de Itaguaí, com o Pe. Galdino, elaborou um dossiê sobre o caso de expulsões, entregue à imprensa e às autoridades. A Marinha, então, mostrando sua intenção de torná-los coletivamente despossuídos, propôs que se transferissem para um condomínio em Itacuruçá. Ninguém aceitou sair de sua própria terra.

Parece que a Marinha manda mais do que o Presidente da República. (Oficina de mulheres 2006)

Uma vez na Sala de Inteligência da Marinha pedi um comprovante de residência, pois não dão comprovante para todos os fins, e assim ficamos submissas a eles. Minha casa é parede com parede com minha sogra. Ele (o agente da Marinha) falou: A senhora sabe que não tem casa. E tem outra coisa: agora em julho (2003) vão vir uns papéis de uma juíza. Se não tem casa atualmente, futuramente menos ainda porque com certeza na Marambaia não ficará nenhum morador'. Eu falei pra ele: Estamos lutando pelo nosso direito, se é que você não sabe.

Sonia, Memorial Marambaia

As ações de despejo tiveram continuidade, até que...





O Sonho de Zenilda

Dona Zenilda naquela noite teve um sonho e não contou a ninguém. Na véspera, dormira pensando na audiência. Acordou lépida pra pegar a barca das seis e não deixava de pensar no sonho e na audiência. Desconhecia os ritos jurídicos, mas a juíza era a mesma que negara direito pra Dona Sebastiana, de 84 anos, e à Dona Eugênia. Mas estava decidida em seu coração: não vou dirigir palavra a ninguém. Vou sòzinha, apenas eu, Deus e meus antepassados.

Acordou com aquele tino danado, estava preparada para alguma coisa, tinha o toque certo na ponta da língua: – se a juíza era juíza de verdade, fará justiça, era certeza. Vai me escutar. Tem Deus em seu coração. É pra Ele que vou falar. Assim decidiu e assim fez. Chegou a hora de pronunciar sua própria palavra perante a autoridade civil. Olhos nos olhos, disparou: - 'Meus passos vêm de longe, senhora. Cá estão meus documentos, fotografias de meus pais, e trago comigo a minha história. Nasci na Marambaia, nesta casa que estão querendo me tomar, meus pais nasceram aqui, meus filhos nasceram aqui, minha casa é herança de meus antepassados escravizados. Meus passos vêm de longe... Tenho posse de minha História'. E nada mais precisou dizer. Não deu outra, a juíza ajuizou: - 'Dona Zenilda, diante da senhora e de qualquer um, eu digo: não estou apta a autorizar a desocupação, e digo mais, sua área de moradia pode se enquadrar nas especificações do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988'. * Zenilda não entendeu a linguagem, mas compreendeu o sentido do sonho daquela noite. Voltou em paz para a Ilha.

À boca da noite, no quintal da casa reconhecida como sua pela juíza, cercada do povo em festa, sem saber que essa decisão era a primeira porta jurídica aberta para a conquista coletiva da terra, contou: essa noite eu tive um sonho. Eu vi meu povo todo, meus avós, bisavós, mãe, pai, compadres, netos e bisnetos de todas as praias, tocando e dançando os passos do jongo, na Praia do Sítio, reunidos em torno de uma fogueira bem alta. Eu suava em bagas e vi em cima do fogaréu um papel avermelhado no tom das brasas incandecentes. O papel, bailando como pipa brincante não se queimava, veio brilhante plainando, plainando até cair em meu colo. Era a Escritura da Terra dos Quilombolas da Ilha de Marambaia! Minha gente, a terra será nossa!

* V. Processo 96.0007682-0, 29ª Vara Federal de Angra dos Reis



Nascer aqui fez a gente forte. É a força da natureza em nós, desde pequena, eu penso assim. Ar puro, vida sadia, sem congelamento, coisa que vem da natureza. Se a mulher tem a casa, a terra, trabalha, e ali está a vida dela e de seus filhos, o medo de perder fez ela tomar consciência da casa, da responsabilidade do que é dela. A mulher aprendeu a lutar.

(Oficina de Mulheres, Tacira)



Fui apresentada pelo Adriano Lima a pesquisadores da Koinonia*. Eu já estava estudando e desenvolvendo o projeto Navegando na Leitura', desde 2001. Então, eles falaram das pesquisas sobre os antepassados, - 'vocês sabem sobre essa história'? Começamos a trabalhar no sentido de mobilizar a comunidade. Teve um passeio étnico com esses temas numa Faculdade. Foi a primeira vez que dormi fora da Ilha pra participar dessas coisas e comecei a entrar nessa realidade, começando a entender. E aí teve o encontro das comunidades quilombolas em Brasília (2002), onde conheci o Dr. Daniel Sarmento. Algumas pessoas da Ilha foram. Depois, foi o Seminário [Memorial Marambaia, promovido pelo Ministério Público e Koinonia, em 2003].

Vânia Guerra

^{*} Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço – Projeto Egbé – Territórios Negros, Rio de Janeiro

... acha





O Dr. Daniel Sarmento, convidado pelos moradores, foi conversar com a comunidade reunida (2002).

O doutor chegou na barca da Marinha e encontrou aquele aparato militar para recebê-lo. A comunidade, mesmo com medo, estava em peso na ponte, em silêncio. O Comandante convidou pra tomar café, mas ele agradeceu e disse que queria conversar, ouvir a comunidade, e garantir os direitos que tínhamos como cidadãos, que era o dever do Ministério Público, que ele não foi ali a passeio, mas, sim, a trabalho. Ele nos perguntou na frente do comando: 'vocês já

fundaram a sua Associação'?
Dr. Daniel, então, esclareceu tudo. Falou para todos que não há lei no mundo que impeça qualquer um de se organizar como Associação, então, não havia motivo para ter medo: 'vocês não são militares, e não precisam agir conforme as normas militares'. Foi difícil encontrar casa que quisesse receber o Dr. Sarmento, mas a reunião dele com a comunidade aconteceu, no quintal da Conceição.

É função do Ministério Público (...) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos".

(Constituição Federal, art. 129, III, 1988)

Mulheres na cabeça

São as que mais movimentam a luta. Pra fundar a ARQIMAR houve até reuniões só de mulheres, porque os homens, intimidados, não iam. Eu dizia- 'eu vou! Tô indo!' Eles agora estão interessados que a gente vá. As mulheres são mais desempenhadas. Eu sinto na pele. O conflito reforçou o companheirismo entre homens e mulheres da Ilha. As mulheres valorizaram mais seu lugar, assumiram o papel de liderança, de querer o melhor. Antes, tinham o feijão com arroz, mas aprenderam a querer mais. (Oficina de Mulheres, 2006)

A nossa intenção é abrir um canal de comunicação e ação social permanente, e que as regras sejam claras para ambos os lados.
Vania Guerra



Para ir ao Seminário saímos meio às escondidas. Porque a gente tinha muito medo da Marinha, mas chega uma hora que a gente olha e vê que a vida da gente não tem mais valor. Se eles me atingirem pelo menos foi por uma causa.

Vânia Guerra Atual Presidente da ARQUIMAR

2003 -Ecos do Seminário Memorial Marambaia



Sofremos tanta pressão que, às vezes, pensamos que estamos sozinhos: 'Será que não tem ninguém para nos ajudar?'

Seu Naná, Atual Vice-Presidente da ARQIMAR

La sse evento simbolizou um compromisso definitivo de uma série de instituições públicas com a causa – Saibam que não estão sozinhos, disse Dr. Daniel Sarmento, anfitrião do encontro, ao encerrar os trabalhos, afirmando que a luta do povo da Marambaia é viável e juridicamente legítima, que o direito à terra é o primeiro, e depois dele muitos outros: o transporte civil, educação e saúde pública, etc., realçando que a situação vivenciada hoje é muito delicada porque vivem constrangidos em seu próprio território, por isso, o primeiro passo para voltarem à normalidade é que se reconheça que a área quilombola não é da Marinha. Sendo área em que vocês moram de vocês, não há porque se sujeitarem a regras que não aquelas gerais impostas pelo Estado brasileiro, e é por aí que a gente começa.

(Relatório Técnico-científico, Depoimentos ao Seminário Memorial da Marambaia)



NO DIA 25/03/ 2006 HAVERA REUNIÃO DA ARQIMAR AS 14:00 HS NA PRAIA GRANDE POR FAVOR, COMPARE ÇA!

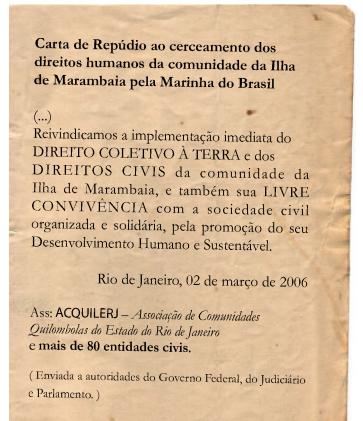
Sou uma pescadora de garoupa. Estou falando em público. Não tenho medo, porque se não abrirmos a boca, não chegaremos a lugar nenhum. Só agora estamos tendo capacidade da falar, porque estamos sendo ouvidas. As leis não nos abrangiam e não nos levavam em conta (...). Os senhores não sabem e nem têm como saber o que está acontecendo com a gente lá na Ilha, o quanto isso ainda pode nos custar ao voltarmos para casa. A questão pode apertar quando chegarmos lá porque é como se saíssemos aqui do mundo, entrássemos em outro e a cortina fosse fechada. Então, de certa forma, tememos pelos outros que deixamos lá, outros que o medo não deixou vir.

Estamos num novo tempo. Quem não sabia falar aprendeu a falar, quem não sabia ouvir aprendeu a ouvir. A gente se educou.



Tudo na vida e´

CAMPANHA MARAMBAIA LIVRE! Pela Titulação das Terras e Garantia dos Direitos Humanos da Comunidade Quilombola da Ilha de Marambaia. Em solidariedade ao povo da Marambaia, buscando dar visibilidade à sua situação, entidades civis se articularam numa rede de apoios, formando uma saia rodada, como disse Dona Margarida. A Campanha foi lançada num Seminário em 30 de março de 2006, por iniciativa das entidades FASE e KOINONIA, e contou com a participação de 33 entidades ativas do movimento quilombola, dos movimentos negros, pelos direitos humanos e de serviços de assessoria jurídica, além de autoridades públicas. A partir de então foram realizados contatos com os poderes públicos e eventos políticos. Também foi criada uma rede de comunicação e informações permanente. Esta publicação faz parte desse processo.



A comunidade quilombola da Ilha da Marambaia aguardou com ansiedade a visita à Ilha da Ministra Matilde Ribeiro da SEPPIR.

Mas viu cair por terra o sonho da igualdade.

A frustração começou no momento em que a Ministra fez o reconhecimento da Marambaia acompanhada por vários atores envolvidos no processo de titulação coletiva da comunidade deixando de fora apenas a representação dos quilombolas. (...). É possível que o silêncio por parte dos moradores [no momento da reunião] tenha sido em decorrência da presença do Comandante do CADIM, pois embora estivessem em sua praia, não se sentiram à vontade para falar.

(Relato quilombola da visita da Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial à Ilha, no dia 12 de abril de 2006)

Sra. Ministra Milcéia Freire da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres]

Sabemos que o Presidente Lula tem ouvido, por diversas fontes, a versão dos militares, mas não tem tido acesso a nossa voz e nossas verdades. (...) Nossa versão precisa ser ouvida, pois a mesma atenção deve ser dada aos dois lados para que a justiça seja feita e, urgentemente, nossa situação seja reconhecida. Solicitamos que a Sra. Ministra nos auxilie para conseguir uma audiência, urgente, com o sr Presidente da República, eleito sob a marca justamente de dar atenção aos mais pobres.

Ass: Mulheres da Ilha de Marambaia

(Carta entregue em mãos, em 03 de abril de 2006, no Rio de Janeiro, em evento na ALERJ).

Não sabemos o que acontece e como estão resolvendo

Assim Vânia Guerra expressou ao Correio Brasiliense a negociação desigual feita pelo governo federal entre as partes interessadas nas terras da Ilha. E, Adriano Lima, outra liderança quilombola, assim o disse: 'Não queremos ter privilégios, apenas exigimos isonomia no tratamento por parte do governo'.

Várias tentativas de diálogo com o governo federal foram frustrantes. Os quilombolas sentiram que era preciso ir à Brasília para falar frente a frente com as autoridades responsáveis, pois elas nunca vão à Ilha e, quando vão, sempre estão com o comando da Marinha, e muitas vezes nem falam com a comunidade.

Deu no jornal

"Cerca de 27 nativos e líderes da Ilha de Marambaia foram em junho de 2006 à Brasília cobrar do governo federal o direito à titulação da área ocupada por eles desde 1856".

(Correio Brasiliense, Uma dívida secular, Hércules Barros, 28-06-

A ARQIMAR teve audiência com representantes dos órgãos envolvidos no Grupo de Trabalho do governo: Fundação Palmares, MDA, INCRA Nacional, SEPPIR, Ministério da Defesa e Casa Civil.

Adital. Quilombolas Sem Terra,

20/05/2007 - O GLOBO publica reportagem afirmando que "parte da ilha da Marambaia está sendo reivindicada por supostos herdeiros de quilombolas (...)" desconsiderando sua história, modos de vida, e a legislação brasileira, tal como mostramos nesta publicação EXISTIMOS. A ARQUIMAR solicitou ao jornal direito de resposta (v. pág. 32).

Mas não obtiveram respostas concretas.

Outras notícias

"III SIMPÓSIO TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE A MARAMBAIA: PESQUISAR, ENSINAR E INTEGRAR PARA CONSERVAR do Instituto de Biologia da Universidade Federal Rural /UFRRJ", março de 2006.

No auditório e na mesa só representantes das três Forças Armadas e da Academia: a ARQIMAR não foi convidada pelo Instituto de Biologia, como entidade representativa da Ilha. Mas os quilombolas, dotados de largo saber tradicional sobre a Marambaia, compareceram em peso, apoiados pelo decano de Extensão Prof. José Cláudio de Souza Alves, e pela cientista política Luciana Amorim e sua equipe. Ouviram, incrédulos, "análises científicas" que os tornavam invisíveis ou inexistentes na história da Ilha preservada. Como a pesquisa de uma arqueóloga que não percebeu a presença dos negros, desde a Escravidão, apesar dos vestígios, ruínas, da memória oral e dos documentos comprobatórios, além do vasto material acadêmico já publicado. Para a doutora, na Ilha de tempos idos, só havia índios!

Será que estes pesquisadores viram os nativos no auditório, com dignidade, todos de pé, levantando a faixa EXISTIMOS - quilombolas da Ilha da Marambaia, há mais de 100 anos preservando a ilha ? Estas palavras, e esse momento

Mulheres, Sustentabilidade e Justiça Ambiental - Projeto Brasil Sustentável e Democrátivo/FASE - março 2006 Num encontro que reuniu mulheres do Brasil e de alguns países da América Latina, ativistas e pesquisadoras, o caso

países da América Latina, ativistas e pesquisadoras, o caso da Marambaia foi apresentado como situação singular de violação de direitos, onde as mulheres são protagonistas principais na luta pela conquista da titulação coletiva de

II Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca – por uma política de desenvolvimento sustentável para o Brasil, de 14 a 16 de março de 2006.

A Marambaia esteve presente na Conferência através de sua delegada Joeci Eugênio que entregou em mãos do Ministro da Pesca, Altemir Gregolin, uma carta dos quilombolas da Ilha dirigida ao Presidente Lula, convidando-o a visitar a

Audiência Pública da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada da Plataforma DHESCA Brasil- maio de 2006

Vânia Guerra relatou a situação dos quilombolas da Marambaia, junto com outros grupos sociais que têm seus direitos violados quanto à moradia adequada. O relatório final está sendo divulgado entre órgãos do governo, poderes judiciários e legislativos, e organismos internacionais.

REUNIÃO INTERGOVERNAMENTAL REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, BRASÍLIA, 17/05/2007. LOCAL: INCRA

Essa reunião teve como objetivo debater a situação de seis (6) comunidades que têm conflitos fundiários com o governo (Marambaia, Alcântara, Morro Alto, Conceição das Criolas, S. Antonio do Guaporé, Machadinho). Havia representantes da Casa Civil, INCRA, SEPPIR, IBAMA e Advocacia Geral da União (AGU). Da ARQIMAR foram Sr. Dionato e Vânia Guerra que expuseram suas preocupações quanto ao não cumprimento da lei que garante a titulação de suas terras, a incerteza quanto ao futuro, e a falta de informações oficiais sobre o transcurso das negociações. Ao deixarem claro que não pedem que a Organização Militar saia da Marambaia, e sim, que se decida pela permanência dos quilombolas em sua área independente - onde preservam o meio ambiente e seus bancos naturais e propõem a criação de Reserva Extrativista na Ilha - para surpresa dos representantes da ARQIMAR, tanto a representação do Ministério da Defesa como da A.G.U (Dra. Alda Freire Carvalho) afirmaram que desconheciam tais considerações da comunidade.

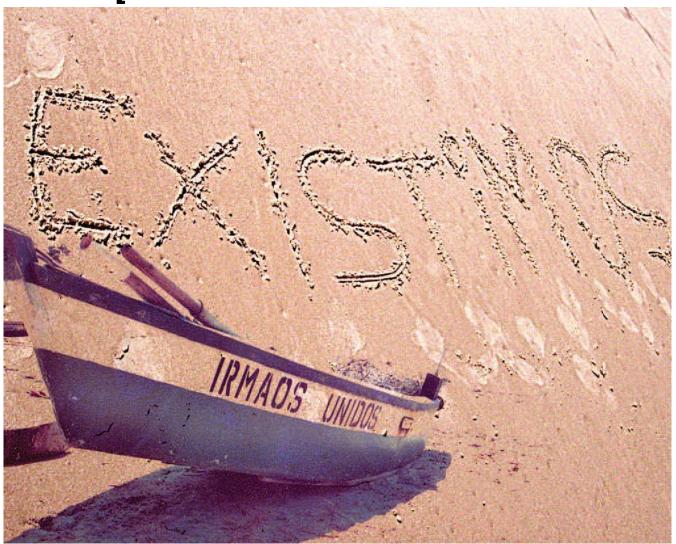
VISITAS À ILHA

Quase um mês depois da reunião intergovernamental acima noticiada, Dra. Alda Freire Carvalho, da A.G.U., esteve na ilha acompanhada de oficiais (em 13/06/2007), e ouviu de outros quilombolas a confirmação de suas reivindicações, e a justificativa do tamanho da área segundo o mapa sinalizado por eles (v. página 9): a necessária sustentabilidade do ambiente para a realização das atividades de pesca e cultivo de que dependem para viver.

Outras visitas de órgãos do governo, de pesquisadores e de meios de comunicação, sempre acompanhadas de oficiais, seguem acontecendo na Ilha, nem sempre com aviso prévio a ARQIMAR, desrespeitando sua representatividade como porta-voz dos interesses quilombolas, gerando ruídos e contra-informações entre os moradores, disseminando a insegurança.

Espera-se de setores democráticos do governo e da sociedade manifestações de apoio aos direitos quilombolas e a garantia de participação igualitária da sua representação no processo de debate público para se alcançarem soluções

Resposta ao Jornal "O Globo"



Na manhã do dia 20 de maio deste ano, nós, nativos e remanescentes de africanos que foram escravos na Ilha da Marambaia, deparamos com uma reportagem no Jornal O Globo. Numa matéria de página inteira com uma foto de uma área mostrando uma praia que não habitamos, com um longo texto sobre especulação e afirmando que cada família reivindica 70 maracanãs. Num outro, a chamada diz que o lugar parou no século 19, porque não foi mostrado as praias em que habitamos e que realmente reivindicamos o direito de continuar. Apesar da afirmativa de que o lugar está parado há dois séculos, nós não estamos parados. Se parece que o lugar com o século 19 é sinal de que conservamos. Nossos antepassados nos deixaram tal conscientização. Não fazemos treinamentos com tiros reais e nem de festim porque não usamos armas, não as temos. Por outro lado, sabemos que as favelas são edificadas por pessoas como nós, que não têm seus direitos respeitados. As leis só funcionam para os poderosos e que nas favelas, a luta pela sobrevivência no dia a dia é igual a dos quilombolas. A grande mídia não escreve sobre os médicos, professores, advogados, etc. que são excelentes profissionais e vivem ou nasceram em favelas. A grande mídia também não mostra para a sociedade os quilombos conservados

há séculos como forma de conscientização em relação às questões ambientais dos quais os quilombolas têm práticas seculares. E ainda mais, sabemos que as favelizações no Brasil ocorrem não porque as pessoas optam por isso e sim pelo fato de não terem seus direitos garantidos, tanto quanto os quilombolas, por serem acima de tudo negros e pobres.

Nós, da Ilha da Marambaia, não estamos contados nos anais da história como aconteceu com Palmares, mas temos nossa história, que é contada ainda hoje por alguns dos netos dos africanos que foram escravos aqui. É certo que um povo não existe se não tem história.

Quem conhece a Ilha da Marambaia sabe que lugares para servir de esconderijo não faltam e nunca faltou. O que nos importa é saber se vamos ter a lei cumprida na íntegra, ou vamos aumentar a quantidade de mendigos desse país, onde tudo favorece a elite.

E agora, como o "mato" está na moda, os que antes eram chamados bichos do mato não podem mais viver no mato que cuidaram porque os poderosos querem o local e acusam a população de favelizar como se a favela não fosse lugar de gente, e gente brasileira. A história dos quilombos, na maioria das vezes não consta nos livros. É contada nos quintais, nas roças ou durante as pescarias e isso não interessa aos jornais e televisão. O que interessa é que os que vivem no mato não podem mais continuar vivendo, pois lugares bonitos não podem pertencer aos pobres e negros que lá nasceram. A história sempre nos fala através dos livros, revistas, jornais e TVs dos "senhores" de negros e pobres que existiam. E hoje, através de atos como as publicações desse veículo contra as comunidades quilombolas, deixam bem claro que os "senhores" continuam existindo e exigindo senhoria. Nós também existimos e queremos continuar. Afinal de contas, não fazemos mal a ninguém. Amamos o lugar em que nascemos e por isso conservamos. Antes não havia leis para

negros e pobres remanescentes de negros escravizados. Hoje existem leis no Brasil para todos. Nós, quilombolas do Rio de Janeiro e outras comunidades tradicionais, somos brasileiros. Nossas histórias de resistência perduram até hoje, principalmente contra o racismo. A Constituição do nosso país, no artigo 68 do ADC diz que os remanescentes que permaneceram nas terras onde seus antepassados foram escravos têm direitos a elas, comprovada por títulos. E nós somos o que restou dos escravos trazidos pelo Sr. José Joaquim de Souza Breves, do continente africano. Continuamos na Marambaia como a própria reportagem afirma, desde o século 19. Não pedimos para que a OM lOrganização Militarl saia da Marambaia. O que estamos lutando é para ficar onde já estamos morando, para construir nossas moradias, para não ter que ficar duas ou mais famílias morando numa mesma casa. Fazer nossas plantações, respeitando a terra como os nossos antepassados nos ensinaram e pedindo as leis e fiscalização para defender nossa área de pesca e criadouros naturais. Queremos que cada família tenha seu espaço para plantar e pescar, como sempre fizemos, e garantias de ter políticas públicas como os direitos à saúde, transporte, saneamento básico, educação, capacitação dentro de nossa realidade para termos sustentabilidade garantida através dos recursos naturais que temos, sem depredar a ilha. Além de monitorar e avisar a OM quando algum estranho invade a área, como sempre fizemos. O que fazemos beneficia toda a região, principalmente, as ilhas vizinhas e os que dependem desse ambiente para viver.

Comunidade de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia

Carta da comunidade da Ilha da Marambaia, representada pela ARQIMAR, ao jornal O Globo, junho de 2007.



A batalha

Em 2002 o Ministério Público exige • • • O Ministério Público de Angra dos Reis (2002), através de uma Ação Civil Pública, pediu que o governo federal fosse obrigado a finalizar, em prazo máximo de 1 ano, o processo administrativo de reconhecimento da comunidade da Ilha da Marambaia como remanescente de quilombo, com a conseqüente titulação das áreas ocupadas em nome da comunidade. A Ação pediu também que até o fim deste processo administrativo a Marinha fosse proibida de expulsar os moradores da comunidade, bem como de impedir que estes usassem as áreas que ocupam de acordo com seus costumes e tradições, e fosse ainda obrigada a permitir o retorno à Ilha dos quilombolas que antes haviam sido expulsos.

 e apesar do reconhecimento público da área O INCRA-RJ publicou, através da Portaria 15, o resumo do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI)* no Diário Oficial da União, em 14 de agosto de 2006, que...

(...) "reconhece e delimita as terras dos remanescentes da comunidade do quilombo da Ilha de Marambaia, com área de 1.638,0231 ha, localizada na Ilha de Marambaia, Município de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro".

Ass: Mario Lucio Machado Melo Junior, Superintendente Regional do INCRA

o Governo

titubeia...

Horas depois da publicação do Relatório, por pressão da Casa Civil, o Superintendente do INCRA-RJ recebeu uma ordem do Presidente do órgão, Rolf Hackbart, para emitir nova Portaria tornando a anterior sem efeito.

... Mas a ARQIMAR considerou esse ato governamental um abuso de poder e uma ofensa à justiça, e impetra Mandado de Segurança Coletivo para fazer valer a publicação do relatório do INCRA.

^{*} A publicação do Relatório (RT'DI) dá início a um prazo determinado para contestações, caso haja. A partir daí, decide-se pela demarcação e titulação da propriedade em nome de uma Associação representativa, nesse caso, a ARQUIMAR.

O caminho da roca e longo...



•••enquanto isso, a Ação Pública segue seu caminho e recebe da Vara Federal de Angra dos Reis a

"(...) considerando que o conceito antigo de quilombos foi elaborado no decorrer do período da escravidão, que o Decreto 4887/2003 prevê o critério de auto-atribuição para identificação dos remanescentes das comunidades de quilombos, que há nos autos laudo elaborado pelo ente competente IFundação Palmaresl à época para a identificação destes grupos afirmando que a comunidade da Ilha de Marambaia é remanescente de quilombos e, por fim, que a autarquia atualmente com atribuição para realizar esta identificação (INCRA) expediu ato normativo em que consta a participação da Fundação Cultural Palmares neste processo de identificação, entendo pela caracterização da localidade como remanescente de comunidade de quilombo, para fins de proteção possessória e garantia aos membros da comunidade de não mais serem molestados pela União Federal" (...)

Raffaele Felice Pirro, Juiz Federal , Angra dos Reis, 20 de março de 2007

••• porém,

••• E agora, José?

É junho de 2007.

É preciso que essa sentença seja mantida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) no Rio de Janeiro .

E outras viravoltas mais...

Por ora, com o martelo, o discernimento dos Desembargadores Federais da 6a. Turma do TRF do Rio de Janeiro. De martelo em martelo, a esperança de justiça e inclusão social dos quilombolas.

(...)Agora sou menino.
Menino Ademar, Jonatah,
Welvis,
Jhone, Rafael, Vinícios.
Sou Mariana, Renata,
Eliziane,
Sou Tamires, sou Tainara,
sou Luíza.

_nquanto aguardam a 🖵 titulação de suas terras, os quilombolas desejam o futuro, persistem na luta e nas atividades tradicionais. O vínculo indissolúvel entre suas gentes e seu ambiente reforça o sentido da comunidade contemporânea. Vão desenhando um tecido social com os fios de valores fundamentais de nossas culturas ancestrais: fé na vida e solidariedade. Cabe ao Estado cumprir sua parte.

Pensando nos seus direitos e nas próximas gerações, idéias não faltam aos quilombolas para serem acolhidas em políticas e projetos sociais.

Podem e devem participar da elaboração de um plano de etnodesenvolvimento para a Ilha, querem abertura de oportunidades para si e para os filhos, e compartilhar seus saberes tradicionais aprimorando-os com o conhecimento moderno.

Os pescadores da Ilha de Marambaia propõem a criação de uma Reserva Extrativista Marinha na reigão.

(Ver Relatório Técnico-Científico, cap. 5)

Bula, Eu quero que você bote luz na Îlha de Marambaia e cuide bem dessa ilha porque ela tem o viver dos animais e do homem e das mulheres.







O que podemos fazer juntos ?

Revitalizar as tradições

Criação de fazenda de mariscos - desenvolvimento da maricultura (integrada com outras comunidades tradicionais)

Redes de abastecimento usando os veios de água da Ilha

Cultivo de hortas, pomares, pequenas criações respeitando os ciclos de atividade e descanso da terra

Troca de saberes com Universidades sobre a vegetação, fauna, flora, remédios do mato e a vida no mar

Casa de farinha é cultura!

.Quadra de esportes e uma sede para a ARQIMAR

Cursos práticos de administração

Cursos de corte e costura

Doces e quitutes para geração de renda

Artesanatos: aproveitamento de materiais da natureza e do consumo

Informações e educação em saúde da mulher

Como transmitir o saber para

os jovens?

Restauração e preservação do patrimônio histórico

Coleta de memória - lendas e crenças

Coletâneas de histórias do mare de histórias de pescadores

Eco-visitas: trilhas históricas, pescarias, convivência, festas, culinária, contação de histórias.

Projetos culturais, artísticos e de integração comunitária



Marambaia Livre!

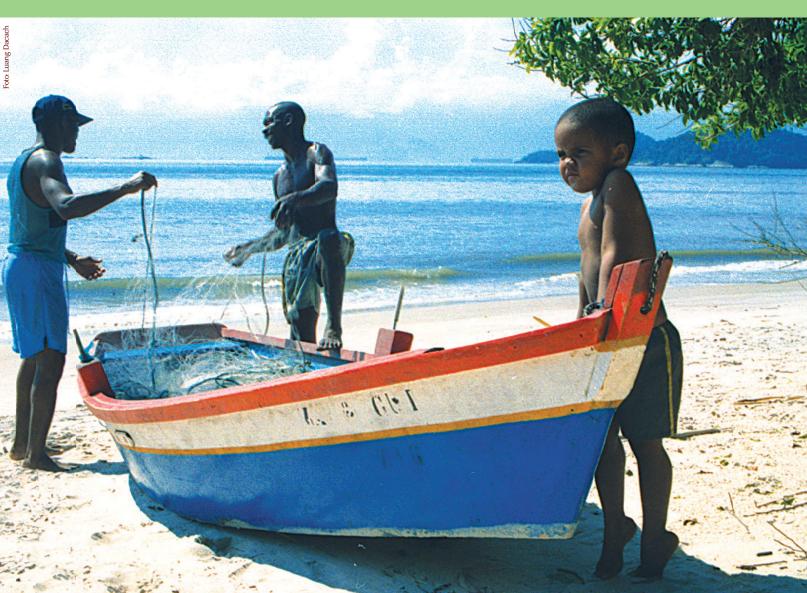
Antes era o senhor dos escravos, agora são os senhores da guerra e das armas. Que a Marinha liberte a gente! Que o Presidente se conscientize que somos gente, com direitos. Somos nascidas e criadas aqui. Que a Marinha viva lá na parte dela, ela sair, não pode, então, que a Marinha abra mão. Libertação!

Tacira

O desejo de liberdade está no ar, na terra, no mar de Marambaia e na voz de Dona Tacira. Desejo de dar adeus ao tempo de restrição de direitos, humilhações e invisibilidade.

Os bebês continuam nascendo no ritmo do desejo de paz e da responsabilidade – Lorena, Dandara, Carolina e Victor são os recémnascidos, herdeiros da terra coletiva, filhos de jovens lideranças e nos apelam para mudanças urgentes

o direito ao futuro insiste.





fim



Os quilombolas da Ilha de Marambaia na luta pelos seus direitos, buscando aliados, compreenderam sua importância na preservação ambiental e cultural de um patrimônio histórico. Trata-se da preservação de DEZ JARDINS BOTÂNICOS* nas mãos dos seus principais conservadores.

Segundo moradores, no outro lado da ilha que a foto não mostra, estão áreas de mata atingidas pelo treinamento militar.

*Expressão cunhada em documento da Koionia disponível em http://www.koinonia.org.br/oq

Palavras Finais

Triste é o povo que precisa escrever em suas leis o direito à terra e o direito ao corpo (Eder Sader, 1980)

Depois de ler a vasta literatura acadêmica sobre a llha, realizar oficinas com as mulheres, conviver com os quilombolas ouvindo histórias pessoais e lendas em volta do fogão, elaborando pensamentos, ouvindo questionamentos vindos da presença do

outro, concebemos e elaboramos esta publicação – EXISTIMOS.

Os passos da comunidade da Marambaia vêm de longe... quem pode negar isso? Mas, nas últimas quatro décadas, vem resistindo à presença militar, que lhes vem impondo restrições, cerceando sua autonomia e seu espaço de morada, cultivo e pesca, limitando suas oportunidades de desenvolvimento humano, conforme mostramos neste livro.

Analisando o levantamento censitário do laudo antropológico, ao demarcarmos o período da implantação abrupta de uma base de adestramento militar (1971), percebemos que cerca de 20% dos moradores já viviam na Ilha nos períodos anteriores, outros 20% eram bem jovens na época da implementação da base e cerca de 60% nasceram na era militar! A maioria da comunidade atual, pois, nasceu, ou cresceu, convivendo com e resistindo ao medo e às restrições de direitos, à desagregação cultural e às divisões provocadas pelas ações militares. Resistiram e mantiveram uma rede de parentesco e memória e, a duras penas, modos comuns de vida e trabalho. A força do grupo busca atualizar suas identidades, construídas historicamente a partir de uma trajetória comum no território onde vivem e partilham um modo de vida que desejam seguir construindo. Identidade e território na Ilha de Marambaia são indissociáveis.

Os moradores, na luta pelos seus direitos, buscando aliados, perceberam a importância de seu saber tradicional sobre a Ilha, compreenderam sua importância na preservação de um patrimônio histórico e ambiental. Trata-se da preservação de DEZ JARDINS BOT ÂNICOS* nas mãos dos seus principais conservadores. Desejam estudar, trabalhar, casar, ter casa, procriar e receber a descendência na Ilha em condições de sustentabilidade. Fora daí, perecerão como grupo. Pois somente quem se sabe vinculado a seu lugar – e livre, neste lugar - pode realizar sua integridade pessoal, fazer opções culturais, ter responsabilidades e fazer surgir a comunidade numa terra que lhe dá o sentido de pertencimento.

O reconhecimento da comunidade quilombola da Ilha e a titulação de suas terras apresentam, pois, um desafio para as políticas públicas atualizadas com as necessidades contemporâneas das comunidades tradicionais: garantir a existência social e cultural do grupo e a sustentabilidade do território, assegurando o direito à moradia, saneamento, educação, cultura, produção e emprego, o que só será alcançado incluindo os ilhéus como sujeitos nas decisões de planejamento e execução de tais projetos.

Construímos este material com a intenção de torná-lo um instrumento de reconhecimento público de direitos humanos, contribuindo para a formação de uma opinião pública que se aproprie do conceito quilombola no seu sentido contemporâneo para além do senso comum e de julgamentos arbitrários, como parte do reconhecimento da dívida da República com os que, no legado da escravatura, independente da origem, não

foram incluídos no processo de desenvolvimento.

Para definir situações em que grupos étnicos são ameaçados de sobreviver em seus territórios, diversos pesquisadores criaram também os conceitos de justiça ambiental e de racismo ambiental [1], a fim de denunciar e dar visibilidade ao sentido da manutenção da desigualdade enraizada nos modelos econômicos e de dominação política desde o colonialismo. Destacam o fato de que as injustiças sociais e ambientais recaem de forma desproporcional sobre esses grupos.

Oferecemos este trabalho aos moradores da Marambaia -aos quilombolas o que é dos quilombolas! -e a todos os que se esforçam para dar fim aos racismos sutis e evidentes que impregnam pensamentos, gestos e decisões de nossas culturas.

A terra a quem é da terra!

Fernanda Carneiro Consultora da FASE

Julianna Malerba

Técnica do Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE

Daniel Silvestre

Técnico do Projeto DESC-Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/FASE

Jean Pierre Leroy

Coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE

Maria Elena Rodrigues

transcende a cor, 2007, mimeo)

Coordenadora do Projeto DESC - Direitos Econômicos, Sociais e

[1] "Chamamos de racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais [aquelas que afetam o território de vida dessas populações e povos] que recaem de forma implacável sobre as etnias e populações mais vulneráveis (...) O racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que tenha lhe dado origem" (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem ou etnia" (Tania Pacheco – Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que

Quer saber mais?

Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia. Coordenação: José Maurício Arruti. Rio de Janeiro:KOINONIA, Fundação Palmares, 2003.

Marambaia da Terra, Marambaia do Mar. Conflitos, Identidade e Meio-Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Tese de mestrado de Fabio Motta, Centro de Estudos Gerais (Ciências Sociais UFF-2001).

O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha de Marambaia. Fábio Reis Motta, em Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro, Henri Acselrad (org.) Relume Dumará, 2004.

A política do reconhecimento dos remanescentes das comunidades de quilombos. Horizontes antropológicos. Miriam de Fátima Chagas. Porto Alegre, ano 7, no15.

Dossiê Marambaia

http://www.koinonia.org.br/oq/dossies.asp#

Existimos. Fernanda Carneiro. Texto apresentado na Oficina "Mulheres, Sustentabilidade e Justiça Ambiental", (mimeo), maio de 2006, FASE.

Livro de Saúde das Mulheres Negras -Nossos passos vêm de longe. CRIOLA, Rio de Janeiro.

Relatório sobre a viagem dos quilombolas da Ilha da Marambaia à Brasília (26-29 de junho de2006). Campanha Marambaia Livre, 2006.

Relatório sobre a visita da Ministra Matilde Ribeiro (SEPPIR) à Ilha. Mimeo, 2006.

http://www.portaldocidadao.to.gov.br/ Comunidades+Quilombolas

Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www. justicaambiental.org.br

Comissão Pró Índio de São Paulo : www.cpisp.org.br/acoes

Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas: www. quilombo.org.br

COHRE: http://www.cohre.org/view_page.php?page_id=202

Revista On line Consciência Net http://www.consciencia.net/arquivo/agraria-quilombolas.html

Desigualdade, Injustiça Ambiental e Racismo: uma luta que transcende a cor, de Tânia Pacheco, mimeo: FASE, 2007.

Terra de Quilombo. Eliane Cantarino O'dwyer, Associação Brasileira de Antropologia – ABA/CFCH/UFRJ, Julho, 1995.

Entidades da Campanha Marambaia Livre!

Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR)

Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ)

Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos (CONAQ)

Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC/FASE)

Projeto Brasil Sustentável e Democrático (BSD/FASE)

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola

Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos (COHRE)

Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (GDASI)

Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)

Justica Global

CRIOLA

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP)

Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Grupo Tortura Nunca Mais

HUMANITAS - Organização para Direitos Humanos e Cidadania Diretoria da ARQIMAR - Associação dos Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia (2007-2009)

Presidente - Vânia Guerra

Vice-Presidente - Dionato de Lima Eugenio

1ª Secretária - Beatriz Maria Inocência

2ª Secretária - Maria Conceição Santana

1º Tesoureiro – Agrio Leonardo

2º Tesoureiro - Nilton Carlos Alves

1ª Diretora Social Cultural – Sonia Machado

2ª Diretor Social Cultural - Denílson de Lima

1º Diretor de Pesca - Maria Santana

2º Diretor de Pesca - Maurício Saturnino

Presidente do Conselho Fiscal - Antonio

Carlos Carvalho

2º Presidente do Conselho Fiscal - Joeci Gomes

Secretário do Conselho – Tião Machado Apoio da Ação Social – Glória Machado,

Ficha Técnica

Coordenação Julianna Malerba e Jean Pierre Leroy

Estudo e concepção Fernanda Carneiro

Edição e texto Fernanda Carneiro com a colaboração de Julianna Malerba

Projeto Gráfico e Capa Luang Dacach

Fotos Luang Dacach, Rosangela (Gdasi) e álbuns de famílias quilombolas

Revisão de conteúdo Quilombolas: Adriano Lima, Agrio Leonardo Santana, Conceição Lima, Denilson de Lima Eugênio, Dionato de Lima Eugênio, Dulce de Lima Estanislau, Irene Pereira, Joeci Eugênio, José Antonio Alves, Jorge Virgulino, Luciana da Silva, Sonia Maria Machado, Sebastião Machado, Vânia Guerra, Luis Cosme Virgulino; e Daniel Silvestre, Isabel Pereira, Jean Pierre Leroy, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Lucia Xavier, Maria Elena Rodrigues.

Revisão Técnica: João Paulo Malerba e Celia Carneiro

Rio de Janeiro, julho de 2007.

Realização:









Apoio:







